

EDITORIAL

Ed. Vol. 2, Núm. 4 # 2015

É com grande satisfação que a *Revista Culturas Jurídicas*, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), apresenta à comunidade acadêmica o seu quarto número, adotando como linha editorial *Constituição e direitos fundamentais*. Nesse sentido, os trabalhos que compõem este quarto número da RCJ buscam fazer uma análise de questões atuais que versam sobre a temática dos direitos fundamentais, principalmente no que toca aos seus desafios contemporâneos, colisão e ponderação entre direitos fundamentais, bem como questões afetas à cidadania.

A partir deste escopo, Guilherme Del Negro, em uma abordagem inovadora, traça uma analogia entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e a *Pop Art* através da confluência entre questões estéticas e jurídicas, de modo a identificar os limites e os desafios do movimento de direitos humanos na atualidade.

No campo da teoria crítica, Karina Macedo Fernandes e Fernanda Frizzo Bragato fazem uma análise das repercussões de uma concepção colonial do Estado na salvaguarda dos direitos humanos dentro do contexto latino-americano, isto a partir da experiência contra-hegemônica do constitucionalismo latino-americano e os desafios que impôs às concepções jurídico-políticas modernas em contraposição a uma perspectiva refundadora do Estado desde paradigma plural, democrático e participativo.

Sequenciando a temática dos direitos fundamentais, Tainá Fernanda Pedrini e Pollyanna Maria da Silva fazem uma análise da colisão entre o direito à vida e à liberdade religiosa, tendo como paradigma a transfusão de sangue em Testemunhas de Jeová, mais precisamente no caso de Juliana Bonfim, pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça, para demonstrar o entendimento jurisprudencial brasileiro acerca da problemática.

Reginaldo Cesar Lima Alvares, por sua vez, trata do direito fundamental à educação tendo como prisma as pessoas com deficiência e a atualíssima discussão acerca da (i)legalidade da cobrança de taxas extras de tais alunos no âmbito da rede

particular de ensino, levando-se em conta, em sua análise, as normas internacionais, princípios constitucionais e leis infraconstitucionais brasileiras.

Gilson Matilde Diana traz a sua contribuição sobre o direito à liberdade e a autonomia da vontade da mulher nos casos de antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos, tendo como objeto de análise a ADPF nº 54, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, com vistas a identificar os fechamentos conceituais decorrentes das interpretações jurídicas e os legados por elas recebidas, bem como os avanços da interpretação constitucional obtidos por meio de tal precedente.

Já Gisela Aguiar Wanderley trata sobre o conceito de cidadania cindida no Brasil, isto a partir de um levantamento histórico dos argumentos utilizados pelo Congresso Nacional para inserir o tráfico negreiro em um processo de abolição lenta e gradual. De acordo com a pesquisadora, é possível identificar, desde um discurso de medo contra os negros, a negação de suas liberdades e direitos civis e políticos a partir de sua categorização como indivíduos perigosos e suspeitos.

E, por falar em cidadania, Suellen Bezerra Alves, por fim, traz uma análise sobre as políticas públicas sociais referentes ao envelhecimento do trabalhador no Brasil, levando-se em conta as formas de proteção social no Brasil e os discursos políticos, tipicamente neoliberais, que retraem as ações de garantia de direitos e reiteram o cuidado dos velhos no âmbito privado, recolocando-os em um lugar de subalternização.

Da Argentina, por fim, trazem suas contribuições os Professores Martin Becerra e Roberto Gargarella. Ambos fazem uma análise do direito fundamental à liberdade de expressão, isto desde o ponto de vista da regulação social dos meios de comunicação e da Lei de Mídias da Argentina (Lei 26.522), promulgada em 10 de outubro de 2009 pela então Presidente da República, Cristina Kirchner.

Na seção *Entrevistas*, trazemos um bate-papo com o geógrafo marxista inglês David Harvey. Em passagem pela cidade do Rio de Janeiro para uma série de conferências no curso “Cidades Rebeldes e Espaços de Esperança”, iniciativa do projeto “Se a cidade fosse nossa”, Harvey trata de questões pertinentes ao direito à cidade em um contexto de capitalismo global, o qual transforma espaços de convívio público em fonte de especulação do capital sem qualquer compromisso com a efetivação de direitos básicos.

Na seção *Resenhas*, Pedro Silva Mingotti, graduando do 5º período da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, faz uma análise da obra “Globalização, democracia e terrorismo”, do historiador britânico Eric Hobsbawn. Na obra, o autor aborda questões referentes ao sistema internacional de poder, principalmente após o ano de 2001 no governo de George W. Bush e suas iniciativas no sentido de consolidar a hegemonia dos Estados Unidos sobre o mundo.

Na seção *Comentário Legislativo*, Matheus Meott Silvestre, mestrando do PPGDC/UFF faz uma análise sobre o Projeto de Lei 1539 de 2015, que tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para a realização da análise de impacto regulatório no âmbito das agências reguladoras, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários e futuras agências reguladoras a serem criadas. Meott conclui que a referida proposta regulamentadora está em consonância com os princípios da administração pública dispostos no art. 37 da Constituição Federal, notadamente a publicidade e a eficiência, e, apesar de suas insuficiências, constituiu-se passo importante para o debate.

Por fim, na seção *Resumos*, trazemos os resumos das dissertações de Mestrado de Ana Patrícia Racki Wisniewski (PPGD/UNISINOS), que aborda a “legitimidade das identidades de gênero não binárias e o reconhecimento de suas demandas como reivindicações de Direitos Humanos”; Arion Escorsin de Godoy (PPGD/UCS), que trata sobre as “reivindicações cidadãs por moradia e o papel de mediação política e jurídica da Defensoria Pública”; Gladstone Leonel da Silva Júnior (PPGD/UnB), que analisa a “Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia como um instrumento de hegemonia de um projeto popular na América Latina”; Viviane Grassi (PPGD/UCS), que aborda a gestão de riscos ecológicos na exploração de petróleo na camada do pré-sal; bem com a tese de Doutorado de Clarisse Stephan Farah Jorge (PPGSD/UFF), cujo tema são os negócios sociais e colaborativos.

Reverenciando aos autores que nos brindam com tão extraordinárias contribuições, é com prazer, portanto, que publicamos o presente número, na certeza de entregar ao leitor obras com substância para provocar profundas reflexões sobre problemas atuais do Direito. Por fim, mas não menos importante, recordamos estarem inteiramente abertas as portas da RCJ para o recebimento de trabalhos empenhados em fortalecer a dialética entre as diversas culturas jurídicas.

Niterói, 24 de março de 2016.

Prof. Dr. Enzo Bello

Editor-Chefe da RCJ

Mestranda Kelly Felix

Editora-Assistente da RCJ

Mestrando Leonardo Rezende Cecilio

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Matheus Farinhas de Oliveira

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Matheus Meott Silvestre

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Paulo José Pereira Carneiro Torres da Silva

Editor-Assistente da RCJ

Graduanda Anna Terra Pereira Basso

Estagiária

Graduanda Carolina Nobre de Castro Henrique

Estagiária

Graduando Isaac Marsico do Couto Bemerguy

Estagiário

Graduanda Maria Clara Cosati

Estagiária

Graduanda Rebeca Rocha

Estagiária